



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Subsecretário Regional da Presidência

Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o Presidente da Assembleia
Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901- 858 Horta

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
S/1068/2022	25/03/2022	SE/2022/325	12/04/2022

ASSUNTO: Requerimento n.º 330/XII – Aumento das quotas do goraz

Em resposta ao requerimento mencionado em epígrafe, apresentado pelos Senhores Deputados António Lima e Alexandra Manes, do Grupo Parlamentar do BE, sem prescindir quanto ao teor do preâmbulo, encarrega-me o Senhor Subsecretário Regional da Presidência de informar V. Exa. do seguinte:

1.

O Goraz (*Pagellus bogaraveo*) é uma espécie sujeita à obrigação de desembarque. Contudo, com o esforço do Governo dos Açores, foi assegurada a isenção desta obrigação.

Apesar da isenção conseguida, o Goraz da zona 10 do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (CIEM) continua a beneficiar da flexibilidade interanual, prevista no n.º 9 do artigo 15.º do Regulamento (UE) n.º 1380/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, já que é uma unidade populacional com totais admissíveis de capturas (TAC) de precaução, e sobre a qual recai a obrigação de apresentação de informação que garanta a isenção atribuída.

2.

Em 2021, foi atribuída a Portugal uma quota adicional de 60 toneladas para o Goraz da zona 10 do CIEM, ficando assim o país com uma quota global de 660 toneladas.

A quota atribuída em 2021 não foi esgotada, restando 90 toneladas. De acordo com as disposições da flexibilidade interanual transitam para o ano seguinte (2022) 10% da quota de 2021, isto é, 66 toneladas, traduzindo-se a quota total daquele ano em 666 toneladas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Subsecretário Regional da Presidência

3.

A Região Autónoma dos Açores não abdica da isenção e tudo tem feito para mantê-la, já que os benefícios desta isenção são maiores que os prejuízos, como evidenciam as respostas aos pontos anteriores.

Os esforços desenvolvidos pelo Governo Regional, quer junto das entidades nacionais, quer comunitárias, centram-se na garantia da recolha de informação que nos permita manter esta isenção, sendo que a justificação da sua manutenção muito depende do contributo da investigação.

4.

O Governo dos Açores tem trabalhado no sentido de assegurar a manutenção do regime de isenção de desembarque, conforme respondido em 3. Destaca-se a participação ativa nas reuniões do Grupo de Águas Ocidentais Sul, onde são debatidos os requisitos relativos à manutenção das isenções de desembarque atribuídas no âmbito das pescarias desenvolvidas nesta área geográfica por Estados - membros da União Europeia.

5.

Logo no início do ano de 2022, em estreita colaboração com o Governo da República, a Comissão Europeia foi questionada sobre o excedente de quota de Goraz para a área 10 do CIEM. A Comissão identificou o valor e de imediato foi solicitada a transferência de quota para que o acréscimo de toneladas fosse considerado aquando da publicação da Portaria n.º 20-A/2022, de 18 de março.

Com os melhores cumprimentos,